



### ADPEMA NOTICIAS 42



15/04/2016 - Defensores Públicos Associados se confraternizam em jantar de posse da nova Diretoria da ADPEMA e de boas vindas aos novos Defensores Públicos do Estado do Maranhão



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) realizou na última sexta-feira (08) um jantar de comemoração da posse da nova Diretoria - biênio 2016-2018 - e de boas vindas aos novos Defensores Públicos do Estado do Maranhão, empossados na Sessão Solene do Conselho Superior da Defensoria Pública, no dia 07 de abril, na Assembleia Legislativa do Estado.

Na oportunidade, cerca de 100 convidados, entre Defensores Públicos e acompanhantes, puderam desfrutar de uma noite agradável e bate-papo. O Defensor Público e Presidente da ADPEMA, Murilo Guazzelli, juntamente com a nova Diretoria, agradeceu a presença de todos os presentes e reforçou o compromisso em realizar uma gestão mais próxima dos Associados.

Guazzelli afirmou ainda que “a associação deve, preservando sua autonomia e os interesses associativos, manter proximidade com a Administração Superior da Defensoria Pública em busca do crescimento da Instituição e melhor interesse coletivo; com a união de forças a Defensoria Pública se fortalece, os Defensores Públicos se valorizam e a população, destinatária dos serviços prestados, é quem colhe o resultado positivo de todo este trabalho, que nada mais é que um dever do Estado e um direito do cidadão”.

A ADPEMA participou, também, no dia 08/04/2016, do processo de remoção ocorrido na Sede da Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA), oportunidade em que foram preenchidas vagas na capital e interior do Estado.

A nova Diretoria da ADPEMA, para o biênio 2016-2018, é composta pelos Defensores Públicos Dr. Murilo Guazzelli (Diretor Presidente); Dr. Adriano Damasceno (Diretor Vice-Presidente); Dr. Cosmo Sobral (Diretor Tesoureiro); Dr. Heider Santos (Diretor Tesoureiro- Suplente); Dra. Kamila Barbosa (Secretária); Dra. Mariana Parente (Secretária - Suplente); Dr. Francisco Barbosa (Conselheiro Fiscal); Dra. Ana Lourena Costa (Conselheira Fiscal); Dr. Rairom Laurindo (Conselheiro Fiscal); Dr. Bernardo Laurindo (Conselheiro Fiscal - Suplente) e Dr. Erick Railson (Conselheiro Fiscal - Suplente).

## 15/04/2016 - ADPEMA participa de acordo com FUNAC que garante atendimento integrado no Centro de Justiça Juvenil



A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e o Governo do Maranhão, por meio da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), assinaram, nesta quarta-feira (13), termo de cessão de uso de bem imóvel, que garante o funcionamento de uma unidade do Núcleo de Defesa da Criança e do

Adolescente (NDCA), nas instalações do Centro Integrado de Justiça Juvenil. O centro ainda abrigará atuações do Tribunal de Justiça (TJ/MA), Ministério Público (MP/MA), Delegacia do Adolescente Infrator, Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), dentre outras.

O termo assinado pela defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, e pela presidente da Funac, Elisângela Cardoso, foi articulado pelo atual presidente da Associação de Defensores Públicos (Adpema), Murilo Guazzelli, na época com atuação no NDCA. O documento visa garantir à DPE um espaço de 200 m<sup>2</sup>. Também participaram do encontro o subdefensor geral do estado, Thiago Josino Carrilho de Arruda e a chefe de gabinete da fundação, Rita Oliveira.

A instalação dessa unidade avançada de atendimento especializado em defesa do menor em conflito com a lei, na opinião da defensora geral, é prova do trabalho continuado da instituição na busca de alternativas que efetivamente possibilitem o acesso integral à Justiça e a ressocialização desses adolescentes.

“Além da atuação na representação judicial em favor desse segmento, a Defensoria também busca, por meio de ações integradas com os demais órgãos que integram a rede de proteção da criança, nas mais diversas instâncias, garantir os direitos fundamentais dos acolhidos, de maneira célere e integral”, afirmou Mariana Albano, reconhecendo a necessidade de um espaço como esse, pois já atuou por 5 anos na defesa do adolescente em conflito com a lei.

A defensora geral informou ainda que o NDCA ganhou mais um defensor. Agora são 4 profissionais atuando sistematicamente na proteção de defesa de crianças e adolescentes na capital. A sala da DPE no Centro Integrado de Justiça Juvenil contará com a atuação do defensor público Antônio Agnus Boaventura.

Para Murilo Guazzelli, a presença dos órgãos do Sistema de Justiça num só espaço vai contribuir para a diminuição da tensão vivida nessas unidades. “A participação de todo o Sistema de Justiça, de maneira unificada, sobretudo na área afeta ao adolescente em conflito com a lei, possibilitará que sejamos mais eficientes na prestação jurisdicional e tenhamos participação muito mais inclusiva e presente”, explicou.

Durante a reunião, a presidente da Funac agradeceu o compromisso da DPE em disponibilizar seus serviços no Centro Integrado de Justiça Juvenil. “A Defensoria Pública tem nos apoiado em nossas principais demandas, principalmente pela forte atuação dos defensores públicos que atuam na área de proteção à criança e ao adolescente. Tenho certeza que essa parceria será duradoura e possibilitará aos acolhidos uma maior confiança para cumprimento de suas medidas socioeducativas e, conseqüentemente, a ressocialização tão esperada”, concluiu.

Anteriormente, o atendimento inicial acontecia no Centro Integrado localizado no bairro da Madre de Deus, em São Luís. Porém, o local foi interdito por conta de Ação Civil Pública. O juiz da 2<sup>o</sup> Vara da Infância e Juventude, José dos Santos Costa, determinou que, a partir de então, o atendimento dos adolescentes apreendidos em flagrante pela Polícia Civil fosse realizado pela unidade de internação provisória masculina, do Centro da Juventude Canaã – CJC (Vinhais) e a feminina, do Centro da Juventude Florescer – CJF (Anil).

Fonte: Ascom DPE/MA

---

**15/04/2016 - Núcleo de Execução Penal da DPE/MA realiza mais de 6.000 mil atendimentos em 2015**



O Núcleo de Execução Penal (NEP), da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), realizou de janeiro a dezembro de 2015, 6.131 atendimentos nas unidades prisionais de São Luís, além da própria sede, no bairro Renascença. Composto por 11 defensores públicos, o Núcleo atuou ativamente na proteção dos direitos das pessoas encarceradas, previstos pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional.

De acordo com levantamento divulgado pela unidade, além dos 2.856 atendimentos presenciais no sistema penitenciário da capital, houve também os realizados durante as forças-tarefas: na Casa de Detenção, por exemplo, os defensores prestaram orientações jurídicas a 581 internos; no Centro de Detenção Provisória (CDP), foram outras 263, e, no Presídio Feminino, a Defensoria chegou a marca das 222 detentas atendidas.

Na sede do NEP, foram atendidos 940 reeducandos que estão cumprindo pena no regime aberto, livramento condicional e em regime semiaberto com autorização para trabalho externo. No mesmo local, 1.266 familiares buscaram assistência para dar encaminhamento a providências relacionadas a presos custodiados nas unidades prisionais de São Luís. Os defensores públicos do Núcleo realizaram, ano passado, o protocolo de 1.408 pedidos junto à 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, bem como ao Tribunal de Justiça.

Ainda no ano de 2015, 251 famílias de presos foram atendidas pelo Projeto Fortalecendo os Vínculos do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente, que busca garantir o reconhecimento da paternidade dos filhos dos internos, a emissão tardia da certidão de nascimento, bem como efetivar o acesso dessas crianças às políticas públicas de saúde, de educação e de distribuição de renda.

“É importante ressaltar o enorme esforço que os defensores públicos estão fazendo no âmbito da execução penal para garantir os direitos das pessoas presas em São Luís. Há muito a avançar, motivo pelo qual o Núcleo de Execução Penal vem buscando fazer parcerias com outros órgãos do Poder Executivo Estadual e com instituições do sistema de justiça”, declarou o defensor público e coordenador do NEP. Bruno Dixon.

Fonte: Informações da Ascom DPE/MA

15/04/2016 - CONSINTER prorroga prazo de submissão de artigos para participação do II Simpósio da PUC-SP

**2º chamada para envio de artigos**  
**25/04/16**

**II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITO**

CONSINTER PUC-SP

09 a 11/05/16

**Efetividade do Direito**  
Coord.: Prof. Dr. Wagner Salera

PALESTRANTES:  
Prof. Dr. Nelson Nery Júnior  
Prof. Dr. Luiz Alberto David Araújo  
Prof. Dr. Gonçalo S. de Melo Bandeira

Com possibilidade de apresentação oral do artigo científico e sua publicação internacional na Europa e no Brasil.

Envio de artigos até **25/04/16**

www.editorajuruá.com, revistaconsinter

www.facebook.com/consinter/  
Informações e inscrições:  
**www.consinter.org**

Comissão Internacional de Estudos Contemporâneos em Jurisprudência

**JURUÁ EDITORA**

Brasília - DF  
Av. Paulista, 45 - CEP 01305-900  
Cidade de Deus  
Tel: +55 61 4011-0000  
info@juruá.com.br  
www.juruá.net

Brasília - DF  
Rua Sônia, 110 - CEP 70304-000  
Cidade de Deus  
Tel: +55 61 4011-0000  
info@juruá.com.br  
www.juruá.net

O CONSINTER prorrogou o prazo de submissão de artigos para participação do II Simpósio da PUC-SP para 25/04/2016

06/04/2016 - IBCCRIM e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra lançam Pós-Graduação em Penal



Em parceria com o Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) apresenta a primeira edição do Curso de Pós-Graduação em Direito Penal – Parte Geral IBCCRIM-Coimbra, que acontece de 04 de maio a 29 de julho na Associação dos Advogados de São Paulo (AASP).

O aluno pode optar entre a versão presencial e a transmissão a distância e ao vivo, com ótimos recursos de videoconferência e alcance para todo o País. Nesta nova modalidade, o discente poderá enviar perguntas que serão encaminhadas aos professores brasileiros e portugueses de grande reconhecimento na área, dentre eles Cezar Peluso (DF), Flávia Piovesan (SP), Guilherme Madeira Dezem (SP), Paulo Busato (PR), Sérgio Salomão Shecaira (SP) e Anabela Miranda Rodrigues (Coimbra).

Com o objetivo de assegurar um questionamento científico, atual e moderno, da dogmática penal, sob diversas angulações tratadas na parte geral do Código Penal, o curso oferece aos participantes o título de Pós-Graduado em Direito Penal – Parte Geral, emitido pelo IDPEE, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, titulação que agrega alta dimensão científica ao currículo.

## **Novidade**

Além das categorias já presentes em outros cursos da comissão IBCCRIM-Coimbra, a categoria “Ouvinte” chega para possibilitar que alunos até o nono semestre de Direito possam participar a distância. Neste caso não é necessário entregar trabalhos ou cumprir frequência e não há o título de Pós-Graduação – o estudante recebe um certificado de participação.

As inscrições estão abertas e podem ser realizadas pelo: [www.ibccrim.org.br/posdireitopenal2016](http://www.ibccrim.org.br/posdireitopenal2016)

\*\*\*

### **Serviço:**

**Data:** de 04 de maio a 29 de julho de 2016

**Horário:** das 19h às 22h | aulas às quartas, quintas e sextas-feiras\*

**Local:** Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) | Rua Álvares Penteado, 151, Centro, São Paulo – SP ou pela Internet (modalidade a distância)

\*\*\*

### **Mais informações:**

<http://ibccrim.org.br/posdireitopenal2016>

[posgraduacao@ibccrim.org.br](mailto:posgraduacao@ibccrim.org.br) | (11) 3111-1040 r. 154

*\*Exceção feita aos dias 23, 24 e 25 de maio, respectivamente, segunda, terça e quarta-feira, também das 19h às 22h.*

Fonte: Justificando

---

[Ver edições anteriores »](#)



*Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão*  
*Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP*  
*65075-740*  
*Tel./Fax: (98) 3199-6194*  
*Cel: (98) 987583882*  
*secretaria@adpema.com.br*